

tinuam as predominantes na Arábia, embora em outros rompan com elas; nas primeiras revelações, o tom é de um adivinho árabé, tartandando seu senso de encontro com o sobrenatural.

Tais vestígios do passado não têm por que causar ansiedade ao muçulmano, que pode encará-los como sinais de que Maomé foi o último de uma linhagem de profetas que ensinaram, todos, a mesma verdade; para ser eficaz, a revelação final poderia usar palavras e imagens já conhecidas e entendidas, e se as idéias ou histórias assumiram uma forma diferente no Corão, isso talvez fosse porque seguidores de profetas anteriores haviam distorcido a mensagem recebida destes. Alguns estudiosos não muçulmanos, além disso, chegaram a uma conclusão diferente: que o Corão contém pouco mais que empréstimos do que Maomé já dispunha naquela época e lugar. Dizer isso, porém, revela uma incompreensão do que é ser original: seja o que for que se tenha tomado da cultura religiosa, o material foi de tal modo rearranjado e transmutado que, para os que aceitaram a mensagem, o mundo conhecido foi refeito.

2. A FORMAÇÃO DE UM IMPÉRIO

A SUCESSÃO DE MAOMÉ

A CONQUISTA DE UM IMPÉRIO

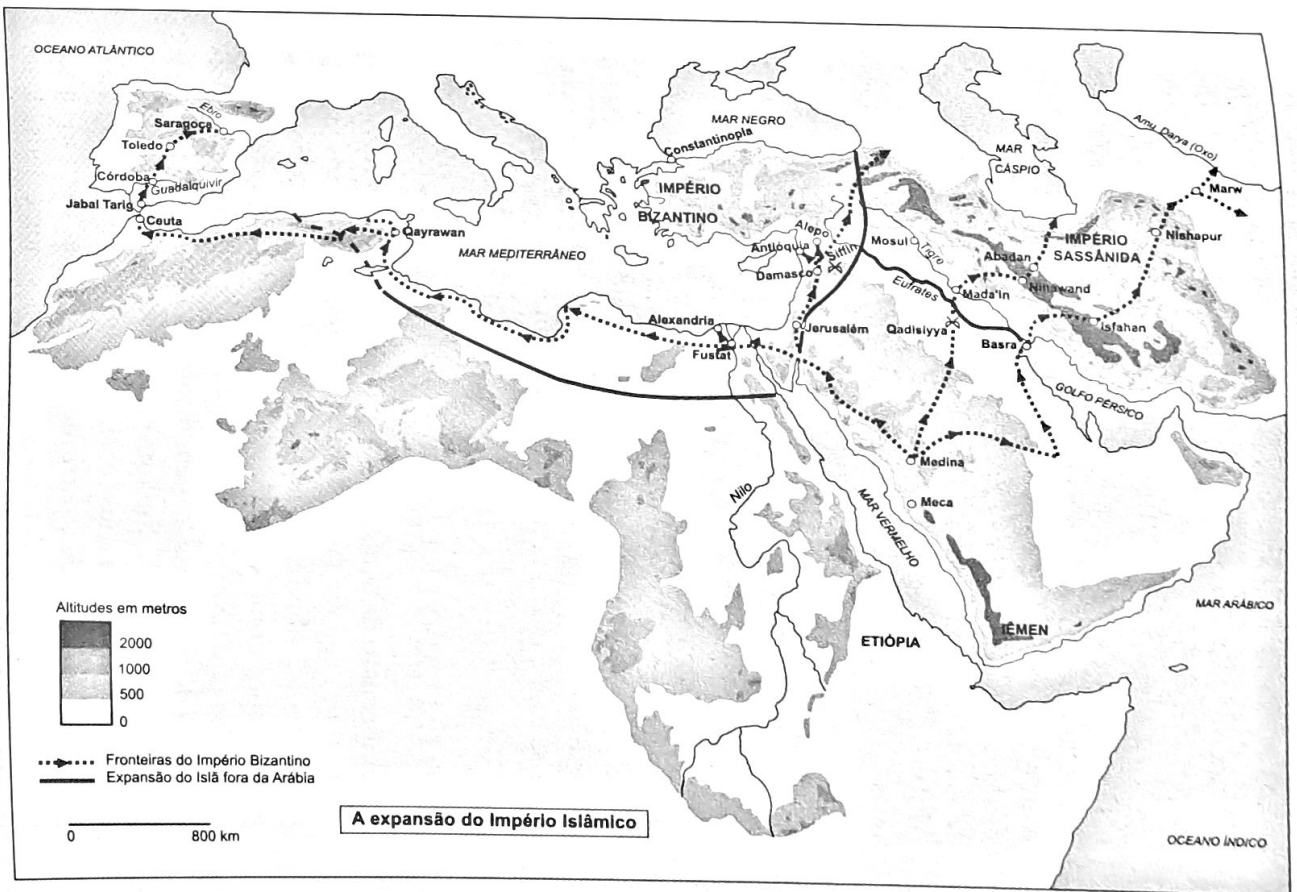
Quando Maomé morreu, houve um momento de confusão entre seus seguidores. Um dos líderes, Abu Bakr, proclamou à comunidade: “Ó homens, se adorais a Maomé, Maomé está morto; se adorais a Deus, Deus está vivo”. Abaixo de Deus, ainda havia um papel a ser preenchido: o de árbitro das disputas e responsável pelas decisões na comunidade. Havia três grupos principais entre os seguidores de Maomé: os primeiros companheiros que haviam feito a hégira com ele, um grupo interligado por endogamia; os homens importantes de Medina, que tinham feito a aliança com ele lá; e os membros das principais famílias de Meca, basicamente de conversão recente. Numa reunião de íntimos colaboradores e líderes, escolheu-se um do primeiro grupo como o sucessor do Profeta (*khalifa*, de onde a palavra “califa”): Abu Bakr, um seguidor de primeira hora, cuja filha ‘Aisha era esposa de Maomé.

O califa não era um profeta. Líder da comunidade, mas em nenhum sentido um mensageiro de Deus, não podia pretender ser porta-voz de revelações continuadas; mas ainda permanecia uma aura de santidade e escolha divina em torno da pessoa e do cargo dos primeiros califas, que afirmavam ter algum tipo de autoridade religiosa. Abu Bakr e seus sucessores logo se viram convocados a exercer liderança numa escala mais ampla que a do Profeta. Havia um universalismo implícito na doutrina e nos atos de Maomé: ele reivindicava autoridade universal, o *haram* que estabelecera não tinha limites naturais; em seus últimos anos, enviaram-se expedições militares contra as terras da fron-

vernante. Alguns de seus membros eram Companheiros do Profeta, seguidores de primeira hora dedicados, mas uma grande parte vinha de famílias de Meca, com suas habilidades militares e políticas, e de famílias semelhantes na cidade vizinha de Ta'if. Com o prosseguimento das conquistas, outros vieram das principais famílias de tribos pastoris, até mesmo daquelas que haviam tentado derrubar o governo de Medina após a morte do Profeta. Em certa medida, os diferentes grupos tenderam a misturar-se uns com os outros. O califa 'Umar criou um sistema de estêndios para os que tinham lutado na causa do Islã, definido de acordo com a prioridade de conversão e serviço, e isso reforçou a coesão com a te governante, ou pelo menos sua separação daqueles a quem ela voltava: entre os membros recém-enriquecidos da elite e o povo mais pobre houve sinais de tensão desde as primeiras épocas.

Apesar da coesão última, o grupo era dividido por divergentes facções pessoais e faccionais. Os primeiros Companheiros do Profeta olhavam de lado os convertidos posteriores que haviam adquirido poder; as alegações de conversão antiga e laços estreitos com o Profeta chocavam-se com pretensões a uma nobreza antiga e honorável ancestralidade. O povo de Medina via o poder sendo atraído para o norte, para as terras mais ricas e populosas da Síria e do Iraque, onde governadores tentavam tornar seu mando mais independente.

Essas tensões vieram à tona no reinado do terceiro califa, 'Uthman ibn 'Affan (644-56). Ele foi escolhido por um pequeno grupo de membros da tribo coraixita, depois do assassinato de 'Umar por motivo de vingança pessoal. 'Uthman parecia trazer a esperança de reconciliação das facções, pois, embora pertencendo ao círculo íntimo dos coraixitas, era um convertido antigo. Sua política, porém, foi de nomear membros de seu próprio clã como governadores provinciais, e isso suscitou oposição, tanto em Medina, dos filhos dos Companheiros e da esposa do Profeta 'Aisha, quanto em Kufa e Fustat; algumas das tribos ressentiram-se do domínio dos homens de Meca. Um movimento de revolta em Medina, apoiado por soldados do Egito, levou ao assassinato de 'Uthman em 656.



Assim teve início o primeiro período de guerra civil na comunidade. O pretendente à sucessão, 'Ali ibn Abi Talib (656-61), era coraixita, um convertido antigo, primo de Maomé e casado com sua filha Fátima. 'Ali viu-se diante de uma dupla oposição. Os parentes de 'Uthman opunham-se a ele, mas também se opunham outros que contestavam a validade de sua eleição. A luta pelo poder em Medina chegou às cidades-acampamento. 'Ali estabeleceu-se como califa em Kufa, enquanto os dissidentes concentraram-se em Basra; ele os derrotou, mas logo se viu diante de um novo desafio da Síria, onde o governador, Mu'awiya ibn Abi Sufyan, era parente próximo de 'Uthman. As duas forças defrontaram-se em Siffin, no alto Eufrates, mas, após lutarem por algum tempo, concordaram com a arbitragem de delegados escolhidos pelos dois lados. Quando 'Ali concordou com isso, alguns de seus defensores o abandonaram, pois não estavam dispostos a contemporar e submeter a Vontade de Deus, como a viam, a julgamento humano; estava em causa a honra devida à conversão antiga ao Islã. Nos meses de discussão entre os delegados, a aliança de 'Ali foi se enfraquecendo, e ele acabou assassinado em sua própria cidade de Kufa. Mu'awiya proclamou-se califa, e o filho mais velho de 'Ali, Hasan, aquiesceu.

O CALIFADO DE DAMASCO

A ascensão de Mu'awiya ao poder (661-80) sempre foi vista como o fim de uma fase e o início de outra. Os quatro primeiros califas, de Abu Bakr a 'Ali, são conhecidos pela maioria dos muçulmanos como os *Rashidun*, ou "Corretamente Guiados". Os califas posteriores são vistos sob uma luz um tanto diferente. Antes de mais nada, daí em diante o cargo passou a ser praticamente hereditário. Embora continuasse havendo certa idéia de escolha, ou pelo menos reconhecimento, pelos líderes da comunidade, na verdade a partir de então o poder ficou nas mãos de uma família conhecida como os omíyadas, nome derivado do de um ancestral, Umayya. Quando Mu'awiya morreu, foi suce-

dido por seu filho, seguido pouco depois pelo filho deste; após este veio um segundo período de guerra civil, e o trono passou a outro ramo da família.

A mudança não foi só de governantes. A capital do Império passou para Damasco, cidade que ficava numa zona rural capaz de proporcionar o excedente necessário para manter uma corte, governo e exército, e numa região da qual as terras costeiras do Mediterrâneo Oriental e a terra a leste delas podiam ser mais facilmente controladas que de Medina. Isso era tanto mais importante porque o poder do califa continuava a expandir-se. Forças muçulmanas avançavam através do Magreb. Estabeleceram sua primeira base importante em Kairuan, na antiga província romana da África (Ifriqiya, hoje Tunísia); dali, avançaram para oeste, alcançaram a costa atlântica do Marrocos no fim do século VII e passaram para a Espanha pouco depois; no outro extremo, a terra além do Curasão, até o vale do Oxus, foi conquistada, e fizeram-se os primeiros avanços muçulmanos no noroeste da Índia.

Um Império desses exigia um novo estilo de governo. Uma opinião muito disseminada em gerações posteriores, depois de os omíyadas serem substituídos por uma dinastia que lhes era hostil, dizia que eles introduziram um governo voltado para objetivos mundanos, impelidos por interesse próprio, em lugar dos primeiros califas, dedicados ao avanço da religião. Seria mais justo dizer que os omíyadas se viram diante do problema de administrar um grande Império, e portanto não puderam escapar aos compromissos do poder. Aos poucos, abandonaram o modo de vida de chefes tribais árabes e passaram a adotar aquele mais tradicional entre os soberanos do Oriente Próximo, recendo os convidados ou súditos segundo os usos cerimoniais do imperador bizantino ou do rei iraniano. Os primeiros exércitos árabes foram substituídos por forças regulares pagas. Formou-se um novo grupo governante, constituído em grande parte por líderes do exército ou chefes tribais; as principais famílias de Meca e Medina perderam importância, porque estavam distantes da sede do poder, e mais de uma vez tentaram revoltar-

se. Também a lealdade das cidades do Iraque era duvidosa, e tinham de ser controladas por governos fortes leais ao califa. Os governantes eram cidadãos, comprometidos com um estilo de vida assentado e hostis a pretensões de poder e liderança baseadas na solidariedade tribal; "estais pondo o parentesco acima da religião", advertiu o primeiro governador omíada do Iraque, e um sucessor, Hajjaj, tratou com mais firmeza ainda a nobreza tribal e seus seguidores.

Embora a força armada estivesse em novas mãos, a administração financeira continuou como antes, com secretários oriundos de grupos que tinham servido a governantes anteriores, usando a língua grega no oeste e o párvai no leste. A partir da década de 690, a língua da administração passou a ser o árabe, mas isso talvez não tenha assinalado uma grande mudança de pessoal ou métodos; membros das famílias secretarias que sabiam árabe continuaram a trabalhar, e muitos tornaram-se muçulmanos, sobretudo na Síria.

Os novos governantes estabeleceram-se firmemente não apenas nas cidades, mas também na zona rural síria, em terras da co-roa e outras cujos proprietários haviam fugido, sobretudo nas regiões do interior vulneráveis à estepe norte árabe. Eles pareciam ter mantido com cuidado os sistemas de irrigação e cultivo que lá encontraram, e os palácios e as casas que construíram para servir como centros de controle econômico e de hospitalidade foram arranjados e decorados no estilo dos governantes que haviam sucedido, com salões de audiência, pisos de ladrilho, pórticos e tetos esculpido.

Destas e de outras formas, os omíadas talvez pareçam ter se assemelhado aos reis bárbaros do Império Romano do Ocidente, colonos nervosos num mundo estranho, cuja vida prosseguiu como antes, agora sob a proteção de seu poder. Mas há uma diferença. Os governantes do Ocidente tinham trazido pouco de seu que pudesse fazer frente à força da civilização latina cristã à qual eram atraídos. O grupo governante árabe trouxe uma coisa que ia reter em meio à alta cultura do Oriente Próximo, e que, modificada e desenvolvida por essa cultura, iria proporcionar

um idioma por meio do qual pôde expressar-se daí em diante: a crença numa revelação enviada por Deus, em língua árabe, ao Profeta Maomé.

A primeira afirmação clara de permanência e distinção da nova ordem veio na década de 690, no reinado do califa 'Abd al-Malik (685-705). Ao mesmo tempo que se introduzia o árabe para fins administrativos, introduzia-se também um novo tipo de cunhagem de moeda, e isso foi importante, pois as moedas são símbolos de poder e de identidade. Em lugar das moedas mostrando rostos humanos, que tinham sido adotadas dos sassânidas ou cunhadas pelos omíadas em Damasco, cunharam-se novas, contendo apenas palavras que proclamavam em árabe a unicidade de Deus e a verdade da religião trazida por Seu mensageiro.

Mais importante ainda foi a criação de grandes edifícios monumentais, eles mesmos uma declaração pública de que a revelação feita através de Maomé à humanidade era a final e mais completa, e que seu reino ia durar para sempre.

Os primeiros locais de culto comunal (*masjid*, origem da palavra "mesquita") também foram usados para assembleias em que toda a comunidade tratava de assuntos públicos. Nada os distinguia de outros prédios: alguns na verdade não passavam de edifícios antigos adaptados para esse fim, enquanto outros eram novos, nos centros de colonização muçulmana. Os lugares santos de judeus e cristãos ainda tinham poder sobre a imaginação dos novos governantes: 'Umar visitou Jerusalém depois que ela foi capturada, e Mu'awiyá ali foi proclamado califa. Então, na década de 690, ergueu-se a primeira grande edificação a afirmar claramente que o Islã era distinto e ia perdurar. Foi o Domo da Rocha, construído no local do Templo judeu em Jerusalém, agora transformado num *barra* muçulmano; seria o ambulatório para peregrinos em torno da rocha onde, segundo a tradição rabínica, Deus intimara Abraão a sacrificar Isaac. A construção do Domo nesse lugar tem sido convincentemente interpretada como um ato simbólico, colocando o Islã na linhagem de Abraão e dissociando-o do judaísmo e do cristianismo. As inscrições no interior, primeira materialização física conhecida de

textos do Corão, proclamam a grandeza de Deus, "o Poderoso, o Sábio", declararam que "Deus e Seus anjos abençoam o Profeta", e exortam os cristãos a reconhecer Jesus como um apóstolo de Deus, Sua palavra e espírito, mas não Seu Filho.¹

Pouco depois, teve início a construção de uma série de grandes mesquitas, destinadas a satisfazer às necessidades da prece ritual: em Damasco e Alepo, Medina e Jerusalém, e mais tarde em Kairuan, o primeiro centro árabe no Magreb, e em Córdoba, capital árabe da Espanha. Todas mostram o mesmo desenho básico. Um pátio aberto conduz a um espaço coberto, disposto de tal modo que longas filas de fiéis, chefiados por um puxador de reza (imã), se voltam para Meca. Um santuário (*mibrab*) assinala a direção na qual eles se voltam, e perto dele há um púlpito (*minbar*), onde se prega um sermão durante a prece do meio-dia da sexta-feira. Ligado ao prédio ou junto a ele, há um minarete, do qual o muezim (*mu'adhdhin*) convoca os fiéis à prece nas horas apropriadas.

Esses edifícios eram símbolos não só do novo poder, mas do surgimento de uma comunidade nova e distinta. Da condição de crença apenas de um grupo governante, a aceitação da revelação feita a Maomé foi pouco a pouco se ampliando. Não sabemos muito sobre esse processo, e só podemos especular quanto ao curso que seguiu. Talvez fosse fácil para os árabes que já viviam na zona rural síria e iraquiana aceitar a nova fé, por solidária-de com os novos governantes (embora parte de uma tribo, a de Ghassan, não o fizesse). Os funcionários que serviam a esses governantes podem ter aceito a fé por interesse próprio ou por uma atração natural para o poder; o mesmo se aplica aos prisioneiros feitos nas guerras de conquististas, ou aos soldados sassânidas que se juntaram aos árabes. É possível que os imigrantes nas novas cidades se convertessem para evitar os impostos especiais pagos pelos não-muçulmanos. Os zoroastrianos, adeptos da antiga religião persa, podem ter achado mais fácil tornar-se muçulmanos que os cristãos, porque sua Igreja organizada se enfraquecera quando o domínio sassânida chegara ao fim. Alguns cristãos, porém, afetados pelas controvérsias sobre a natureza de

Deus e a revelação, talvez se tenham sentido atraídos pela simplicidade da primeira resposta muçulmana a essas questões, dentro do que era, em termos gerais, o mesmo universo de pensamento. A ausência de uma Igreja muçulmana ou de um ritual elaborado tornava a conversão, feita com apenas umas poucas palavras, um processo fácil. Por mais simples que fosse, o ato trazia consigo uma implicação: a aceitação do árabe como a língua em que se fizera a revelação, e isso, juntamente com a necessidade de lidar com governantes, soldados e proprietários de terras árabes, podia levar à sua aceitação como a língua do cotidiano. Onde o Islã chegava, a língua árabe se espalhava. Esse processo, contudo, ainda estava no início; fora da própria Arábia, os omíidas governavam terras em que a maioria da população não era nem muçulmana nem falava árabe.

A dimensão e a força crescente da comunidade muçulmana não agiram em favor dos omíidas. A região central deles, a Síria, era um elo fraco na corrente de países arrastados para o Império. Ao contrário das novas cidades no Irã, Iraque e África, suas cidades existiam antes do Islã e tinham uma vida independente dos governantes. Seu comércio fora perturbado pela separação da Anatólia, que permaneceu em mãos bizantinas, do outro lado de uma fronteira freqüentemente perturbada pela guerra entre árabes e bizantinos.

A principal força da comunidade muçulmana estava mais a leste. As cidades do Iraque cresciam em tamanho, com a chegada de imigrantes tanto do Irã quanto da península Arábica. Eles podiam explorar a abundância das ricas terras do sul do Iraque, onde alguns árabes se haviam instalado como proprietários rurais. As novas cidades eram mais inteiramente árabes que as da Síria, e sua vida mais se enriquecia com os membros da antiga classe governante iraniana, atraídos como funcionários e coletores de impostos.

Um processo semelhante ocorreu no Curasão, no extremo nordeste do Império. Ficando na fronteira da expansão do Islã na Ásia Central, tinha grandes guarnições. Suas terras cultiváveis e pastos também atraíram colonos árabes. Desde o início, lá se estabeleceu uma considerável população árabe, vivendo lado

a lado com os iranianos, cuja própria classe terratenente e governante manteve sua posição. Deu-se aos poucos uma espécie de simbiose: à medida que deixavam de ser combatentes ativos e se assentavam no campo ou nas aldeias — Nishapur, Balkh e Mary — os árabes eram absorvidos pela sociedade iraniana; e os iranianos entravam no grupo dominante.

O crescimento das comunidades muçulmanas nas cidades e províncias orientais criou tensões. Ambições pessoais, ressentimentos locais e conflitos partidários manifestavam-se em mais de um plano — etnia, tribo e religião — e, da distância de hoje, é difícil dizer como se estabeleceram as linhas divisórias.

Antes de tudo, havia entre os convertidos ao Islã — e os iranianos, em particular — um ressentimento contra os privilégios fiscais e outros concedidos aos de origem árabe, e isso aumentou à medida que a lembrança das primeiras conquistas se tornava mais fraca. Alguns dos convertidos ligaram-se a líderes tribais árabes como “clientes” (*mawali*), mas isso não eliminou a distância entre eles e os árabes.

As tensões também se manifestavam em termos de diferença e oposição tribal. Os exércitos vindos da Arábia traziam consigo lealdades tribais, e nas novas circunstâncias elas às vezes se tornavam mais fortes. Nas cidades e em outros locais de migração, grupos que diziam ter um ancestral comum juntavam-se em ambientes mais acanhados que a estepe arábica; os líderes poderosos que alegavam descendência nobre atraíam mais seguidores. A existência de uma estrutura política unificada possibilitava a ligação entre líderes e tribos em áreas mais vastas, e às vezes proporcionava-lhes interesses comuns. A luta pelo controle do governo central usava nomes tribais e as lealdades por eles expressas. Um ramo dos omíadas estava ligado por casamento à tribo dos Banu Kalb, já assentados na Síria antes da conquista; na luta pela sucessão após a morte do filho de Mu'awiyah, um pretendente não omíada foi apoiado por outro grupo de tribos. Em determinados momentos, um interesse comum podia dar peso à idéia de uma origem partilhada por todas as tribos que diziam vir da Arábia Central ou do Sul. (Seus nomes, Qays e Lemen,

iriam permanecer como símbolos de conflito local em algumas partes da Síria até este século.)

De importância mais duradoura foram as disputas sobre a sucessão do Califado e a natureza da autoridade na comunidade muçulmana. Contra as pretensões de Mu'awiyah e sua família, havia dois grupos, embora ambos tão amorfos que melhor seria descrevê-los como tendências. Primeiro vinham os vários grupos chamados *kharijis*. Os mais antigos foram aqueles que retiraram seu apoio a 'Ali quando este concordou com a arbitragem, na época de Siffin. Tinham sido esmagados, mas movimentos posteriores usaram o mesmo nome, sobretudo nas regiões sob o controle de Basra. Em oposição às pretensões dos chefes tribais, afirmavam que não havia precedência no Islã, a não ser a da vir-tude. Só o muçulmano virtuoso devia governar como imã e, caso se desviasse, devia-se retirar a obediência a ele; 'Uthman, que dera prioridade às pretensões de família, e 'Ali, que concordara em temporizar numa questão de princípios, tinham sido ambos declarados culpados. Nem todos tiraram as mesmas conclusões disso: alguns aquiesceram temporariamente com o governo omíada, outros revoltaram-se, e outros ainda afirmaram que os verdadeiros fiéis deveriam criar uma sociedade virtuosa, com uma nova hégira para um lugar distante.

O segundo grupo foi o que apoiou as pretensões da família do Profeta ao governo. Essa era uma idéia que podia assumir muitas formas diferentes. A mais importante a longo prazo foi a que via 'Ali e uma linha de seus descendentes como chefes legítimos da comunidade, ou imãs. Em torno dessa idéia, agruparam-se outras, algumas trazidas das culturas religiosas dos países conquistados. Achava-se que 'Ali e seus herdeiros tinham recebido por transmissão de Maomé uma qualidade especial de alma e um conhecimento do significado profundo do Corão, que eles chegavam a ser em certo sentido mais que humanos; um deles se ergueria para inaugurar o governo da justiça. Essa expectativa do advento de um *mahdi*, “aquele que é guiado”, surgiu cedo na história do Islã. Em 680, o segundo filho de 'Ali, Husayn, mudou-se para o Iraque com um pequeno grupo de pa-

rentes e dependentes, esperando encontrar apoio em Kufa e arredores. Foi morto num combate em Karbala, no Iraque, e sua morte iria dar a força da memória dos mártires aos partidários de 'Ali (os *shī'at 'Alī*, ou xiitas). Poucos anos depois, houve outra revolta em favor de Muhammad ibn al-Hanafīyya, também filho de 'Ali, embora não de Fátima.

Durante as primeiras décadas do século VIII, governantes omíadas empreenderam uma série de tentativas de controlar esses diversos movimentos de oposição, e de lidar com os problemas inerentes à administração de um Império tão vasto e heterogêneo. Conseguiram fortalecer a base fiscal e militar de seu governo, e durante algum tempo só enfrentaram poucas revoltas sérias. Então, na década de 740, seu poder desabou de repente, diante de mais uma guerra civil e uma coalizão de movimentos com objetivos diferentes, mas unidos por uma oposição comum a eles. Esses movimentos foram mais fortes nas regiões orientais que nas ocidentais do Império, e particularmente fortes no Curasão, entre alguns dos grupos de colonos árabes que estavam sendo assimilados na sociedade iraniana local, e também entre os "clientes" iranianos. Ali, como em outras partes, o sentimento xiita estava amplamente difundido, mas sem qualquer organização. Uma liderança mais eficaz veio de outro ramo da família do Profeta, os descendentes de seu tio 'Abbas. Alegando que o filho de Muhammad ibn al-Hanafīyya lhes transmitira seu direito de sucessão, eles criaram, a partir de suas casas à margem do deserto sírio, uma organização centrada em Kufa. Como emissário ao Curasão, mandaram um homem de origem obscura, provavelmente de uma família iraniana, Abu Muslim. Ele conseguiu formar um exército e uma coalizão com elementos dissidentes, árabes e outros, e rebelar-se sob a bandeira negra que iria ser o símbolo do movimento, e em nome de um membro da família do Profeta; não se mencionava nenhum membro em especial, ampliando-se com isso o apoio ao movimento. Do Curasão, o exército marchou para oeste, derrotando os omíadas em várias batalhas, em 749-50; o último califa da casa, Marwan II, foi perseguido até o Egito e morto. Enquanto isso, o líder anô-

nimo era proclamado, em Kufa, como Abu'l 'Abbas, descendente não de 'Ali, mas de 'Abbas.

O historiador al-Tabari (839-923) descreveu como se fez o anúncio. O irmão de Abu'l 'Abbas, Dawud, subiu nos degraus do púlpito da mesquita em Kufa e falou aos fiéis:

Louvado seja Deus, com gratidão, gratidão e mais gratidão ainda! Louvado seja aquele que fez nossos inimigos perecerem e nos trouxe nossa herança do Profeta Maomé, a bênção e a paz do Senhor estejam com ele! O vós povo, agora as negras noites do mundo foram postas em fuga, a tampa levantada, agora a luz rompe na Terra e nos Céus, e o Sol brota das nascentes do dia, enquanto a Lua sobe para seu lugar determinado. Aquele que fez o arco o torna, e a flecha retorna àquele que a disparou. O certo voltou ao ponto onde se originou, entre as pessoas da casa de vosso Profeta, pessoas de compaixão e misericórdia por vós e de simpatia por vós [...] Deus deixou que contemplásseis aquilo porque esperáveis e ansiáveis. Tornou manifesto entre vós um califa do clã de Hachim, iluminando com isso vossos rostos e fazendo-vos prevalecer sobre o exército da Síria, e transferindo para vós a soberania e a glória do Islã [...] Algum sucessor do mensageiro de Deus ascendeu a este vosso *minbar*, salvo o Comandante dos Fiéis 'Alī ibn Abī Talīb e o Comandante dos Fiéis 'Abd Allah ibn Muhammad? — e gesticulou com as mãos em direção a Abu'l 'Abbas?

O CALIFADO DE BAGDÁ

Uma família governante sucedeu a outra, e a Síria foi substituída como centro do Califado muçulmano pelo Iraque. O poder de Abu'l 'Abbas (749-54) e seus sucessores, conhecidos pelo nome de seu antecessor como abácidas, estava menos nos países do Mediterrâneo Oriental, ou no Hedjaz, uma extensão deles, do que nos antigos territórios sassânidas: sul do Iraque e os oá-

sis e planaltos do Irã, Curasão e a terra que se estende além dele pela Ásia Central adentro. Era mais difícil para o califa governar o Magreb, mas também era menos importante.

Sob certos aspectos, o governo dos abácidas não diferiu muito do dos últimos omíadas. Desde o início, viram-se envolvidos no problema inevitável de uma nova dinastia: como transformar uma coalizão instável de interesses distintos em algo mais estável e duradouro. Tinham conquistado o trono graças a uma combinação de forças unidas apenas na oposição aos omíadas, e as relações de força dentro da coalizão precisavam agora ser definidas. Antes de mais nada, o novo califa livrou-se daqueles por cujo intermédio chegara ao poder; Abu Muslim e outros foram assassinados. Também houve conflitos na própria família; a princípio, membros dela foram nomeados governadores, mas alguns se tornaram poderosos demais, e no período de uma geração criou-se uma nova elite governante de altos funcionários. Alguns vinham de famílias iranianas com tradição de serviço público e recém-convertidas ao Islã, outros de membros da casa do governante, alguns deles escravos alforriados.

Essa concentração de poder nas mãos do governante ocorreu na época dos sucessores de Abu'l'Abbas, sobretudo al-Mansur (754-75) e Harun al-Rashid (786-809), e manifestou-se na criação de uma nova capital, Bagdá. Al-Tabari registra uma história sobre a visita de Mansur ao local da futura cidade:

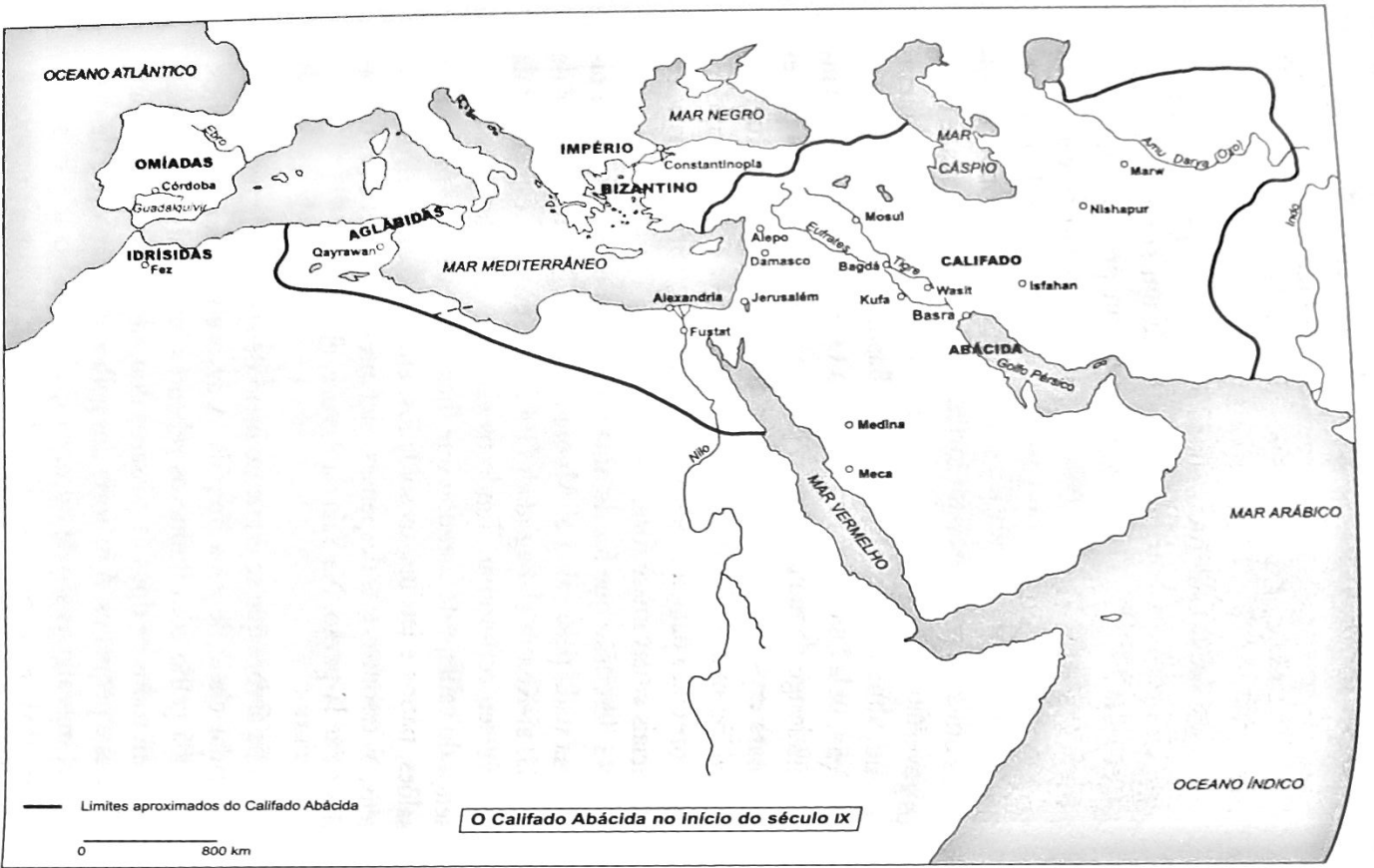
Ele foi à área da ponte e atravessou no atual sítio de Qasr al-Salam. Aí rezou a prece vespertina. Era verão, e no sítio do palácio havia então uma igreja sacerdotal. Ele dormiu lá, e acordou na manhã seguinte, depois de passar a noite mais suave e delicada na Terra. Ficou, e tudo que viu agradou-lhe. Então disse: "Este é o local onde construirei. Tudo pode chegar até aqui pelo Eufrates, o Tigre e uma rede de canais. Só um lugar como este sustentará o exército e a população geral". Assim, ele a traçou e destinou as verbas para a sua construção, e deitou o primeiro tijolo com sua própria mão, dizendo: "Em Nome de Deus, e em louvor a Ele. A terra é de

Deus; Ele faz herdá-la a quem Ele quer entre Seus servos, e o resultado disso é para aqueles que O temem". Depois disse: "Construí, e que Deus vos abençoe".

Bagdá foi situada num ponto em que o Tigre e o Eufrates corriam próximos um do outro, e onde um sistema de canais criara ricas terras cultiváveis, que podiam produzir alimentos para uma grande cidade e receitas para o governo; ficava em rotas estratégicas que levavam ao Irã e além, à Jazira do norte do Iraque, produtora de cereais, e à Síria e ao Egito, onde as lealdades omíadas permaneciam fortes. Como era uma cidade nova, os governantes ficariam livres da pressão exercida pelos habitantes muçulmanos árabes de Kufa e Basra. Segundo uma longa tradição, pela qual os governantes do Oriente Próximo se mantinham longe daqueles a quem governavam, a cidade foi planejada para expressar o esplendor e a distância do governante. No centro, na margem ocidental do Tigre, ficava a "cidade redonda", contendo palácio, quartéis e escritórios; feiras e bairros residenciais situavam-se fora.

Na descrição que fez de uma recepção a uma embaixada bizantina dada pelo califa al-Muqtadir, em 917, o historiador de Bagdá, al-Khatib al-Baghdadi (1002-71), evoca o esplendor da corte e seu cerimonial. Tendo os visitantes sido levados à presença do califa, este mandou que lhes mostrassem o palácio: os salões, pátios e jardins, os soldados, eunucos, camareiros e pajens, os recursos e as despesas, elefantes ajaezados com brocados de seda-pavão. Na Sala da Árvore, eles viram

uma árvore que se ergue no meio de um grande tanque circular cheio de água límpida. A árvore tem dezoito galhos, cada galho com inúmeros rebentos, nos quais se empoleiraram todos os tipos de pássaros dourados e prateados, grandes e pequenos. A maioria dos galhos dessa árvore é de prata, mas alguns são de ouro, e espalham-se no ar com folhas de diversas cores. As folhas da árvore agitam-se quando o vento sopra, enquanto os pássaros pipilam e cantam.



Finalmente, voltaram mais uma vez à presença do califa:

Ele vestia roupas [...] bordadas a ouro, sentado num trono de ébano [...] À direita do trono, pendiam nove colares de gemas [...] e à esquerda a mesma coisa, todas belas gemas [...] Diante do califa, apresentavam-se cinco de seus filhos, três à direita e dois à esquerda.⁴

Desde esses palácios reclusos, o califa exercia o poder de acordo com formas herdadas de governantes anteriores, e que outras dinastias iriam imitar. Um elaborado cerimonial cortês assinalava seu esplendor; funcionários da corte protegiam o acesso a ele; o carrasco ficava perto, para dispensar justiça sumária. Nos primeiros reinados, surgiu um cargo que iria tornar-se importante, o de vizir: era o conselheiro do califa, com variado grau de influência, e depois se tornaria chefe da administração e intermediário entre ela e o governante.

A administração dividia-se em vários departamentos ou *diwanas*, de um modo que iria tornar a surgir sob outras dinastias. Havia um *diwan* para os assuntos do exército, uma chancelaria que preparava cartas e documentos e preservava-os na forma correta, e um tesouro que supervisionava e mantinha registros de receitas e despesas. Um soberano que governava por meio de uma hierarquia de funcionários espalhados por uma vasta área tinha de providenciar para que eles não se tornassem demasiado fortes nem abusassem do poder que exerciam em seu nome. Um sistema de informações mantinha o califa a par do que acontecia nas províncias, e ele e seus governadores realizavam sessões públicas nas quais se ouviam e se atendiam as reclamações.

O poder absoluto mediado por uma burocracia precisava de receitas e de um exército. Foi no período abácida que surgiu, baseado nas práticas dos inícios do Islã, o sistema canônico de impostos. Relacionava-se, até onde possível, com as normas islâmicas. Havia dois impostos principais. O primeiro aplicava-se sobre a terra ou seu produto (*kharraj*); desde o começo, houve uma distinção entre as taxas e os tipos de impostos pagos por

proprietários rurais muçulmanos e não muçulmanos, mas isso se tornou menos importante na prática, embora permanecesse nos livros de leis. O segundo era um imposto de capitação aplicado a não-muçulmanos, avaliado mais ou menos segundo sua riqueza (*jizya*). Além disso, aplicavam-se vários tributos sobre bens importados ou exportados, e sobre produtos urbanos, além de outros ocasionais sobre riqueza urbana, segundo as necessidades; estes eram oficialmente condenados por aqueles que aderiam à estrita letra da lei islâmica.

Os soldados do Curasão, por intermédio dos quais os abácidas haviam chegado ao poder, dividiam-se em grupos com líderes próprios. Não era fácil para os califas reter a lealdade deles, que foram se tornando cada vez menos eficazes como força militar à medida que eram absorvidos na população de Bagdá. Após a morte de Harun al-Rachid, eclodiu uma guerra civil entre seus filhos al-Amin e al-Ma'mun. Amin foi proclamado califa, e o exército de Bagdá lutou por ele mas foi derrotado. No início do século IX, a necessidade de um exército eficaz e leal foi satisfeita com a compra de escravos e o recrutamento de soldados entre as tribos pastoris de língua turca da fronteira ou do outro lado dela, na Ásia Central. Esses turcos, e outros grupos semelhantes das fronteiras do governo estabelecido, eram estrangeiros que não tinham ligações com a sociedade que ajudavam a governar, e mantinham uma relação de clientela pessoal com o califa. A entrada de soldados turcos a serviço dos abácidas iniciou um processo que acabaria por dar uma forma distinta à vida política do mundo islâmico.

Foi em parte para manter os soldados distantes da população de Bagdá, que se tornara hostil ao governo do califa, que al-Mu'tasim (833-42) transferiu sua capital de lá para uma nova cidade, Samarra, mais ao norte no rio Tigre. A sede de governo ali permaneceu durante meio século; mas, embora aliviada da pressão da população, caiu sob a influência dos chefes militares turcos, que passaram a dominar o Califado. Esse também foi um período em que os governantes das províncias distantes do Império se tornaram na prática independentes, e no próprio Iraque

o poder do califa foi ameaçado por uma grande e prolongada revolta de escravos negros, nas plantações de açúcar e nos pântanos salgados do sul do país: a revolta dos zanj, em 868-83. Alguns anos depois, em 892, o califa al-Mu'tadid retornou a Bagdá.

Quanto mais remoto e poderoso o califa, mais importante era que seu poder lançasse raízes nos sentimentos morais de seus súditos. De modo mais sistemático que os omíadas, os abácidas tentaram justificar seu governo em termos islâmicos. Desde o início, recorreram à simbologia religiosa. O califa alegava governar por autoridade divina, como membro da família do Profeta. Dizia também governar segundo o Corão e as regras de boa conduta, cada vez mais definidas em termos do comportamento (*sunna*) habitual do Profeta. Por esse motivo, aumentou a influência dos especialistas religiosos em sua corte, e o cargo de juiz (cádi) recebeu maior importância. As funções deste eram distintas das do governador. Ele não tinha deveres políticos ou financeiros, cabendo-lhe decidir conflitos e tomar decisões à luz do que aos poucos ia emergindo como um sistema islâmico de leis ou normas sociais. O principal cádi era um dignitário de certa importância na hierarquia do Estado.

Ao reivindicarem sua legitimidade, os primeiros abácidas tiveram de enfrentar outro ramo da família do Profeta, os descendentes de 'Ali, e seus seguidores, os xitas. Nem todos os xitas eram hostis ao governo abácida: Ja'far al-Sadiq (c. 700-65), a quem encaravam como o sexto imã, era um quietista que pregava a seus seguidores a resistência passiva até o advento do *mabdi*, aquele que Deus enviaria a fim de restaurar o reinado da religião e da justiça. Nas duas primeiras gerações de domínio abácida, porém, eclodiram vários movimentos de revolta em nome de membros da família de 'Ali, e foi em resposta a tais movimentos que o filho de Harun, Ma'mun (813-33), fez duas tentativas de atribuir-se um direito mais firme ao governo. O primeiro foi proclamar 'Ali al-Rida, encarado por muitos xitas como oitavo imã, seu sucessor; o argumento usado foi que ele era o mais digno membro da família do Profeta na sucessão, e isso implicava que, se a sucessão devia fazer-se por valor moral dentro da famí-

